

Vitória Marinho Wermelinger

7º ENCONTRO NACIONAL SOBRE O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

grupo de trabalho 11

Livros Didáticos de Sociologia

A DECOLONIALIDADE NOS LIVROS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA: ENTRE A LEGISLAÇÃO E OS MATERIAIS DIDÁTICOS<sup>1</sup>

Belém, Pará

2021

---

<sup>1</sup> Artigo referente a pesquisa de dissertação de mestrado ainda em andamento. Órgão de Fomento: UENF/FAPERJ

## INTRODUÇÃO

A educação ocupa um papel central no processo de reconhecimento cultural dos povos. No Brasil, desde o ensino básico até a universidade nos deparamos com um ensino majoritariamente eurocentrado, que narra os fatos sob a perspectiva do colonizador. A colonização trouxe inúmeros traumas para as sociedades que a vivenciaram e é necessário que se faça um paralelo entre a sociedade e a escola, uma vez que ambas estão intrinsecamente ligadas, já que a escola é um ambiente que abriga disputas sociais e não está em esfera isolada. Sendo o planejamento dos materiais didáticos uma etapa fundamental para a construção de uma educação intercultural, é indispensável que perspectivas diversas estejam representadas nos livros didáticos, de forma que estes materiais não funcionem como um instrumento de homogeneização e de assimilação cultural.

A partir da reflexão sobre o papel da educação no processo de reconhecimento cultural, observa-se que a ausência de representação das culturas afro-brasileiras e indígenas, que foram altamente lesadas durante o processo de colonização, dificulta o reconhecimento dos estudantes como parte desses grupos. Somado isso ao fato de que a apresentação das narrativas é feita majoritariamente pela versão do colonizador, se faz necessário questionar como os povos afro-brasileiros e indígenas se fazem presentes nos Livros Didáticos de Sociologia que estão sendo utilizados pela Rede pública de Ensino.

O presente artigo relata a trajetória de uma pesquisa ainda em andamento, que tem como tema a presença dos conteúdos propostos pelas leis 10.639/03 e 11.645/08 (incorporar ao currículo conteúdos que promovam a representatividade étnica, racial e cultural dos povos colonizados no Brasil) nos Livros Didáticos de Sociologia propostos pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2018. Tendo como objetivo geral analisar os Livros Didáticos de Sociologia verificando se estes Livros podem ser considerados uma ferramenta que auxilie a romper com o pensamento colonial. Para isso, a pesquisa apresenta como objetivos específicos: 1) Compreender os conteúdos que promovem a representatividade étnica, racial e cultural dos povos colonizados no Brasil, a partir das leis 10.639/03 e 11.645/08 e 2) Analisar em que medida as temáticas étnico-raciais e culturais vigentes nas leis citadas acima se fazem presentes nos Livros Didáticos de Sociologia do PNLD de 2018.

Para a realização da presente pesquisa utilizou-se a metodologia de pesquisa bibliográfica e documental. Deste modo, realizou-se uma análise dos livros didáticos, sendo possível identificar em quais temas a discussão sobre as culturas afro-brasileiras e indígenas se fazem presentes nas obras, para além de uma pesquisa bibliográfica sobre o debate decolonial.

Até o presente momento pode-se compreender que as obras analisadas trazerem uma abordagem que dialoga relativamente com as leis 10.639/03 e 11.645/08, incorporando assuntos e temáticas que se aproximam dos seus objetivos, o que certamente trata-se de um grande avanço no que diz respeito a representação de negros e indígenas enquanto protagonistas de sua história. Entretanto, foi possível notar a partir das análises que a história dos movimentos negros e indígenas brasileiros não se fazem presentes em todas as obras e que as culturas afro-brasileira e indígenas propriamente ditas, não têm muito espaço nas obras, uma vez que sempre são citadas a partir de temas que estão associados às mazelas sofridas por estas populações. Tais observações mostram que os materiais didáticos carecem de uma abordagem positiva das culturas afro-brasileira e indígenas.

## **DESENVOLVIMENTO (APORTE TEÓRICO-METODOLÓGICO, RESULTADOS E REFLEXÃO)**

Como citado anteriormente, o presente trabalho tem como metodologia a pesquisa bibliográfica e documental, uma vez que sua construção se dá a partir da análise e leitura de obras que tratam sobre o tema e de documentos, como as leis 10.639/03, 11.654/08 e os Livros Didáticos de Sociologia indicados pelo Programa Nacional do Livro Didático. A primeira etapa da pesquisa consiste no aprofundamento da pesquisa bibliográfica e em uma análise inicial dos Livros Didáticos e da Base Nacional Comum Curricular, para então se iniciar o tratamento dos dados obtidos através de uma análise documental mais aprofundada destes materiais.

Os dados obtidos por meio da primeira análise dos Livros Didáticos vêm sendo organizados em categorias que organizam melhor os temas associados às referidas leis, a saber: Racismo; Colonização; Cultura Indígena; Cultura Afro-brasileira; Etnocentrismo; Escravidão; Movimento Negro; Movimento Indígena; Construção da Sociedade brasileira; Diversidade cultural; Cotas raciais. Após a catalogação desses dados será desenvolvida uma

análise com a finalidade de se compreender como as questões étnico-raciais são abordadas dentro destes temas, buscando compreender se questões raciais são desenvolvidas de forma a positivar e valorizar as culturas afro-brasileira e indígenas ou se tais temáticas aparecem de forma a remeter somente o preconceito sofrido por esses grupos.

Quanto ao aporte teórico, é importante ressaltar que apesar de o processo de colonização do Brasil ter se dado em um passado relativamente distante, é possível ainda nos dias de hoje notar o reflexo deixado pelo período colonial. O processo de descolonização não deu fim a todas as problemáticas existentes nas sociedades colonizadas. Mesmo que o colonialismo tenha se dissipado, uma vez que a dominação de um povo por outro por vias de cunho político, jurídico, militar e administrativo tenha chegado ao fim, a colonialidade, por sua vez, surge como resultado do colonialismo moderno. A colonialidade contribuiu para a elaboração de um determinado padrão mundial do poder capitalista, que se estabelece através da imposição de uma classificação racial/étnica da população mundial como um organizador deste padrão de poder (QUIJANO, 2007, p. 93).

É importante que se entenda a diferença entre colonialismo e colonialidade e como a colonialidade se manifesta nos mais diversos aspectos de nossa sociedade até os dias atuais, como bem aponta Nelson Maldonado Torres:

O colonialismo denota uma relação política e econômica, na qual a soberania de um povo está no poder de outro povo ou nação, o que constitui a referida nação em um império. Diferente desta idéia, a colonialidade se refere a um padrão de poder que emergiu como resultado do colonialismo moderno, mas em vez de estar limitado a uma relação formal de poder entre dois povos ou nações, se relaciona à forma como o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações intersubjetivas se articulam entre si através do mercado capitalista mundial e da idéia de raça. Assim, apesar do colonialismo preceder a colonialidade, a colonialidade sobrevive ao colonialismo. Ela se mantém viva em textos didáticos, nos critérios para o bom trabalho acadêmico, na cultura, no sentido comum, na auto-imagem dos povos, nas aspirações dos sujeitos e em muitos outros aspectos de nossa experiência moderna. Neste sentido, respiramos a colonialidade na modernidade cotidianamente. (TORRES, 2007, p. 131).

Tendo em vista tais aspectos, surge a crítica decolonial, questionando a persistência da epistemologia colonizada, buscando um pensamento crítico que auxilie a emancipação da opressão e dominação, associando a cultura, a política e economia, com a finalidade de construir um campo progressista de pensamentos que valorizem epistemologias locais em detrimento das epistemologias impostas pelo legado colonial.

Os traumas deixados pela colonização persistem em muitos aspectos na nossa sociedade, inclusive na escola, de modo que durante muito tempo vivenciamos um problema

de igualdade de oportunidade na esfera escolar, uma vez que determinados grupos sociais acabam tendo a sua cultura menos representada do que outras no currículo escolar e em materiais didáticos. Deste modo, um currículo intercultural torna-se uma condição indispensável para que tenhamos uma sociedade mais igualitária e uma educação de fato emancipadora e descolonizada, e para que seja possível atingir esse ideal é fundamental que o interesse de todos esteja representado nos materiais didáticos que chegam até as escolas.

Ao passo que se universaliza a educação básica e se democratiza o acesso ao Ensino Superior, entram nas escolas e universidades indivíduos que foram historicamente invisibilizados como sujeitos de conhecimento (GOMES, 2012). E é a partir da entrada destes sujeitos no ambiente escolar e universitário que os currículos e materiais didáticos colonizados e colonizadores passam a ser questionados, uma vez que os grupos sociais que se encontram à margem da sociedade (populações negra e indígenas) normalmente são silenciados ou estereotipados no currículo (SANTOMÉ, 1995).

Devido a esse descontentamento com a falta de representatividade de determinados grupos no currículo surge a demanda pelo ensino de História da África e das culturas afro-brasileiras e indígenas. Nesse contexto, uma antiga demanda do Movimento Negro é finalmente atendida, através da criação das Leis 10.639/03 e 11.645/08, que segundo Nilma Lino Gomes (2012), reivindicam a descolonização dos currículos da educação básica e superior, no que diz respeito à África, aos afro-brasileiros e às culturas indígenas, reconhecendo o povo negro e indígena como grupos fundamentais para a formação da sociedade brasileira e que possuem uma história de lutas e conquistas que deve ser contada. É importante sinalizar a acentuada participação do Movimento Negro na elaboração da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (lei n. 9.394/96), entretanto como aponta Gomes (2012), as reivindicações do referido movimento não chegaram a ser incluídas na LDB. As demandas sobre a questão racial que o Movimento Negro apresentava aos parlamentares na maioria das vezes eram introduzidas de forma incompleta e deturpada nos textos legais.

Podemos dizer, então, que, até a década de 1990, a luta do Movimento Negro brasileiro, no que se refere ao acesso à educação, demandava a inserção da questão racial no bojo das políticas públicas universais, as quais tinham como mote: escola, educação básica e universidade para todos. Contudo, à medida que esse movimento social foi constatando que as políticas públicas de educação pós-ditadura militar, de caráter universal, ao serem implementadas, não atendiam à grande massa da população negra e não se comprometiam com a superação do racismo, seu discurso e suas reivindicações começaram a mudar. É nesse momento que as ações afirmativas,

com forte inspiração nas lutas e conquistas do movimento pelos direitos civis dos negros norte-americanos, começam a se configurar como uma possibilidade e uma demanda política, transformando-se, no final dos anos 1990 e no século seguinte, em ações e intervenções concretas. As demandas do Movimento Negro, a partir de então, passam a afirmar, de forma mais contundente, o lugar da educação básica e da superior como um direito social e, nesse sentido, como direito à diversidade étnico-racial. (GOMES, 2011, p.113)

A lei 10.639/03 é um exemplo não apenas de disputa no campo educacional, como uma forma de descolonizar o ensino. De acordo com Gomes (2008), a reivindicação pelos direitos das população negra foi fruto da disputa ideológica do movimento negro, que expandiu o compromisso antirracista do âmbito social para o político com a implementação de políticas educacionais.

A partir de 2003, com o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, nota-se o aprofundamento desse debate. Algumas iniciativas de mudança merecem destaque: no governo federal, pela primeira vez é instituída a Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), em 2003, e, no Ministério da Educação, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), em 2004. No tocante à educação, é nesse contexto que, finalmente, é sancionada a lei n. 10.639, em janeiro de 2003, alterando a lei n. 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Em 2004, o Parecer CNE/CP 03/2004 e a Resolução CNE/CP 01/2004 são aprovados pelo Conselho Nacional de Educação. Ambos regulamentam e instituem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Em 2009, é lançado pelo Ministério da Educação e pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, o Plano Nacional de Implementação das referidas diretrizes curriculares. (GOMES, 2011, p.115)

A criação da lei 10.639/03 e posteriormente a 11.645/08, que tem como finalidade ampliar o alcance da lei 10.639/03, inserindo a obrigatoriedade do ensino sobre as culturas indígenas na educação brasileira, consiste em uma forma concreta de se pôr em prática o reconhecimento da diversidade existente na escola, alterando as diretrizes que se fizeram vigentes com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996. A lei 10.639/03 acrescenta os artigos 26-A e 79-B na LDBEN, que pautam a obrigatoriedade de inclusão das temáticas “História e Cultura Afro-Brasileira” e inclui o Dia Nacional da Consciência Negra no calendário escolar.

Ambas as leis estão inseridas em um contexto de efetivação das ações afirmativas, que têm como objetivo a superação e reparação das desigualdades socioculturais e étnico-raciais, através de leis e políticas públicas. Tais políticas de reparação, reconhecimentos e valorização das culturas afro-brasileira e indígenas têm por finalidade a formulação de medidas que apresentem a imagem do negro e do indígena de forma não estereotipada e também evidenciando suas construções intelectuais. As ações afirmativas, na percepção do

Movimento Negro, se mostram fundamentais para ressarcir as populações negra e indígenas dos danos psicológicos, materiais, sociais, políticos e educacionais, que se deram no decorrer da história brasileira.

As Diretrizes da Lei 10.639/03 pretendem fazer com que essas medidas de reparação histórica e social resultem na efetivação de ações de combate ao racismo, promovendo de fato uma democratização da educação. Após a publicação das diretrizes, o Conselho Nacional de Educação começa a pautar a questão racial como discussão indispensável no currículo da formação inicial, bem como na formação continuada de professores, desde docentes do Ensino Básico até os do Ensino Superior, também perpassando pela estruturação das Instituições de ensino, que deveriam contar com bibliotecas, miadatecas entre outros recursos, que apresentassem os distintos grupos étnico-raciais do Brasil. Previa-se, inclusive, a elaboração de materiais didáticos que cumprissem as proposições das leis 10.639/03 e 11.645/08.

Pensando na efetivação de tais leis nos documentos curriculares, deve-se entender que o currículo, segundo Tomaz Tadeu Silva (2009), possui o propósito de nos ensinar a ser cidadãos, viver em sociedade, nos sociabilizar. Do mesmo modo que qualquer outra prática ou artefato cultural, o currículo nos constrói enquanto sujeitos particulares e específicos. De certo modo, o documento curricular pode ser entendido, enquanto um mecanismo do Estado, para a formação da sociedade que se pretende produzir. O documento curricular não pode ser entendido enquanto um conhecimento que é transmitido passivamente, uma revelação, ligado à essência ou a natureza humana, ele é um discurso, uma narrativa construída a partir da linguagem e da cultura.

O currículo, de certa forma, é responsável por constituir e posicionar o sujeito. Dessa maneira, as narrativas curriculares legitimam ou deslegitimam; validam ou invalidam os conhecimentos necessários para a formação dos indivíduos. Norteiam o que é moral ou imoral, certo ou errado. "As narrativas contidas no currículo trazem embutidas noções sobre quais grupos sociais podem representar a si e aos outros e quais grupos sociais podem apenas ser representados ou até mesmo serem totalmente excluídos de qualquer representação" (SILVA, 2009, p. 189-190). Assim, o currículo fomenta noções específicas sobre questões de gênero, raça e classe.

A lógica que permeia o debate sobre o currículo também se aplica aos materiais didáticos. É importante sinalizar que os livros didáticos possuem uma dimensão própria enquanto materiais escolares e produtos das relações comerciais que remetem a outra

característica dos mesmos: A defesa de uma narrativa ideológica, uma vez que estes precisam se adequar aos interesses do mercado, do Estado e da escola, constantemente marcados por disputas e conflitos. O Livro Didático não pode deixar de ser visto enquanto um produto e fonte histórica. Produto porque, de acordo com Munakata (2012, p. 184, adaptado), “na sociedade atual, capitalista, todo esse processo desemboca num produto, que é a mercadoria. Não se pode abstrair do livro – e do livro didático – a determinação de que ele é, antes de tudo, produzido para o mercado”.

O Livro Didático consiste em um marco no que diz respeito à questão curricular no Brasil, uma vez que é distribuído de forma uniforme para as escolas públicas de todos os municípios do país de modo a se consolidar como um dos principais recursos didáticos utilizados pelas escolas brasileiras. A distribuição destes materiais se dá através PNLD, que como bem pontua Célia Cassiano (2014), consiste em um programa do Governo Federal que tem como finalidade não só avaliar, como também disponibilizar de forma gratuita materiais didáticos, literários, pedagógicos e outros recursos que possam auxiliar na prática educativa. Estes materiais são distribuídos de forma regular e gratuita nas escolas públicas de educação básica, sejam estas das redes federal, estaduais, municipais ou distrital. O programa também se aplica às instituições de educação infantil comunitárias, confessionais ou filantrópicas, desde que sejam instituições sem fins lucrativos e conveniadas ao Poder Público.

O PNLD funciona como uma medida de apoio à política educacional, que tem por finalidade auxiliar no cumprimento de uma determinação da Constituição de 1988, : “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de (...) VII – atendimento ao educando no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde” (art. 208).

É importante sinalizar que a eixo de materiais didáticos é o que mais rende lucros para o mercado editorial (CASSIANO, 2014). Mesmo que os Livros Didáticos não carreguem consigo preponderância que outros livros literários possuem, devido ao seu curto prazo de validade associado a sua vida útil nas escolas, este é o segmento com a rentabilidade mais garantida. Essa hegemonia dos didáticos, no mercado editorial, se consolidou devido ao PNLD. Para além de ser um condutor de valores e ideais, o Livro Didático também consiste em uma mercadoria que tem por objetivo alcançar o mercado escolar. Esse material didático veicula as temáticas propostas pelos documentos curriculares até o cotidiano escolar, bem como “Realiza uma transposição do saber acadêmico para o saber escolar no processo de explicitação curricular” (BITTENCOURT, 2009: 72). Deste modo, o Livro Didático assume



um papel central na mediação e disseminação de conteúdos evidenciados pelo currículo. E bem como sinaliza Munakata (2012), não deve-se desconsiderar o fato de que o Livro Didático é uma mercadoria que se destina a um público específico que é a escola. E este material é permeado por relações que envolvem seus autores e seu público alvo.

Assim como aponta Choppin (2004), o Livro Didático é um material que assume importantes papéis dentro da escola, tendo funções:

- a. Referencial, contendo o programa da disciplina ou uma interpretação dele;
- b. Instrumental, apresentando a metodologia de ensino, exercícios e atividades pertinentes àquela disciplina;
- c. Ideológica e cultural, vetor “da língua, da cultura e dos valores das classes dirigentes”;
- d. Documental, contendo documentos textuais e icônicos, “cuja observação ou confrontação podem vir a desenvolver o espírito crítico do aluno” (CHOPPIN, 2004, p. 553).

Desta forma, pode-se entender que o Livro Didático consiste em um dos mais importantes aparatos da atividade pedagógica e, fazendo-se um indispensável meio para a difusão de conteúdos e práticas responsáveis por promover uma educação mais igualitária e que contribua na construção de novo olhar sobre as culturas afro-brasileiros e indígenas (BITTENCOURT, 2009).

A disciplina de Sociologia, em especial, participa do Programa Nacional do Livro Didático pela primeira vez em 2011, que devido ao seu histórico de intermitência no ensino básico brasileiro só retorna para o currículo do ensino médio no ano de 2008. Sendo assim, até o momento temos três edições de Livros Didáticos de Sociologia propostos pelo PNLD, dos anos de 2012, 2015 e 2018, sendo a presente pesquisa focada exclusivamente no PNLD de 2018.

O processo de avaliação dos Livros Didáticos de Sociologia do PNLD de 2018 teve início em 2015, tais livros foram utilizados no triênio 2018-2020. Esse processo de triagem foi realizado por uma comissão de avaliadores composta tanto por professores do ensino básico, como professores do ensino superior. Doze livros didáticos foram inscritos no processo seletivo e apenas cinco foram aprovados para estarem disponíveis no PNLD e serem escolhidos por escolas de todo o Brasil, a saber: Sociologia; Sociologia Hoje; Tempos Modernos, Tempos de Sociologia; Sociologia em Movimento e Sociologia para Jovens do Século XXI. A proposta desta pesquisa é analisar tais obras buscando compreender se as propostas das leis 10.639/03 e 11.645/08 foram respeitadas, de modo que as culturas afro-

brasileiras e indígenas se façam presentes nestes livros. Até o momento realizou-se uma primeira análise destes materiais didáticos, com a finalidade de mapear eixos temáticos e capítulos que apresentem conteúdos que estejam relacionados à questão étnico-racial.

Em uma análise inicial foi possível observar que o livro “Sociologia”, das autoras Benilde Lenzi Motim, Maria Aparecida Bridi, Sílvia Maria de Araújo, traz reflexões sobre o processo de colonização em capítulos específicos, de modo que o debate referente a questões étnico-raciais aparecem de forma secundária na obra, principalmente no que diz respeito às culturas indígenas brasileiras, que foram muito pouco abordadas. Os capítulos que trazem as temáticas étnico-raciais e decoloniais de forma mais detalhadas são o 2 (Viver em Sociedade: desafios e perspectivas das ciências sociais), 6 (A cultura e suas raízes) e tais temáticas aparecem de forma transversal nos capítulos 7 (Sociedade e religião), 8 (Cidadania, política e Estado) e 10 (Educação, escola e transformação social). Deste modo, o que se pode perceber é que temáticas referentes às culturas afro-brasileiras e indígenas tendem a aparecer como subtemas de discussões no livro “Sociologia”. A cultura afro-brasileira é abordada na obra a partir do racismo estrutural existente no Brasil principalmente e as questões referentes às culturas indígenas se mostram associadas à temática ambiental.

O livro “Sociologia Hoje”, dos autores Celso Rocha de Barros, Henrique Amorim e Igor José de Renó Machado, no primeiro capítulo trata a colonização como um encontro entre Europa, Ásia, América e África que possibilitou a construção do sistema social atual, sem fazer muitas críticas. No entanto, o mesmo capítulo também fala sobre como o ocidente se entende como um referencial de civilização em detrimento de outras culturas. Os capítulos que mais abordam uma temática decolonial e étnico-racial são o 2 (Padrões, Normas e Culturas), 4 (Antropologia Brasileira) e 9 (Sociologia Brasileira). O “Sociologia Hoje” é o livro que mostrou o resultado mais positivo no que diz respeito à temática indígena, bem como apresenta as questões étnico-raciais em cenários mais abrangentes. A temática indígena é bastante abordada na obra, aparecendo principalmente nas discussões referentes à questões culturais, de diferença e desigualdade. O livro traz propostas de atividades interessantes, que apresentam conceitos a partir de explicações sobre comunidades indígenas. Entretanto, a obra acaba por abordar de forma mais superficial as temáticas relacionadas à população afro-brasileira, não trazendo tantas informações referentes à história do continente africano e suas nuances no contexto social.

Na obra “Tempos Modernos, Tempos de Sociologia”, da autoria de Bianca Freire Medeiros, Helena Bomeny, Julia O’ Donnel e Raquel Balmant Emerique, pode-se notar que,

assim como nos outros livros, as questões étnico-raciais são abordadas em capítulos e em pontos muito específicos. No entanto, o livro não se mostra suficiente no que diz respeito à racialização de diversos debates que carecem deste recorte, como por exemplo quando trata de questões antropológicas sobre racismo e evolucionismo cultural. Os capítulos que apresentam uma maior incidência de conteúdos que tratam de uma temática racial são os capítulos 14 (Brasil, mostra a tua cara!), 15 (Quem faz e como se faz o Brasil?), 18 (Desigualdades de várias ordens) e 22 (Interpretando o Brasil). O livro “Tempos Modernos, Tempos de Sociologia” é a única obra que se faz presente em todas as edições do PLND de Sociologia. Vale a pena ressaltar que parte considerável dos debates referentes à questões étnico-raciais se encontram nos textos complementares, o que por vezes pode fazer com que determinados debates passem despercebidos.

O livro “Sociologia em Movimento”, escrito por Afrânio Silva et. al. apesar de trazer poucos capítulos que tratam sobre questões referentes a temáticas decoloniais e étnicorraciais, traz uma abordagem muito completa e bem elaborada. Os capítulos em que tais temáticas são tratadas com profundidade são respectivamente os capítulos 2 (A sociologia e a relação entre indivíduo e sociedade), 5 (Raça, etnia e multiculturalismo) e 10 (Estratificação e desigualdades sociais). A obra apresenta um conteúdo valioso no que diz respeito às questões étnico-raciais, apresentando temas e atividades que se mostram como facilitadores para a explicação da temática. Entretanto, deve-se ressaltar que temáticas voltadas para a questão indígena carecem de atenção na obra analisada, tendo seus dados pouco abordados e debatidos. As questões étnico-raciais também aparecem em algumas temáticas transversais no decorrer do livro, através de temas como os direitos humanos e os movimentos sociais.

A obra “Sociologia para Jovens do Século XXI” dos autores Luiz Fernandes de Oliveira e Ricardo César Rocha da Costa, aborda as temáticas étnico-raciais de forma mais aprofundada nos capítulos 6 (“Ser diferente é normal”: as diferenças), 21 (“Onde você esconde seu racismo?” Desnaturalizando as desigualdades raciais) e 24 (“Tudo se chama nuvem, Tudo se chama rio”: nossos ancestrais, primeiros habitantes do Brasil). Em alguns outros capítulos que abordam questões como cidadania, religiosidade e identidades sociais e culturais a temática racial acaba por ser abordada, mas de uma forma indireta e por vezes as culturas afro-brasileiras e indígenas são apenas citadas, carecendo de uma maior contextualização e aprofundamento. A obra apresenta debates acerca da desigualdade sofrida pela população negra traçando paralelos com a realidade da periferia. O livro também traz o debate voltado para a questão racial de forma a relacioná-la com temáticas referentes à

desigualdade, violência e racismo. Em relação ao debate da temática indígena, o livro conta com o capítulo 24 que elabora uma discussão a partir de questões sociais e históricas sobre a cultura indígena.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se faz necessário elucidar que o presente artigo trata-se de uma pesquisa ainda em andamento, mas a partir da análise dos livros didáticos de Sociologia do PNLD de 2018 foi possível notar alguns nuances da aplicabilidade das leis 10.639/03 e 11.645/08 no campo dos materiais didáticos. Pode-se dizer que os livros didáticos de Sociologia disponibilizados pelo PNLD de 2018, apresentam as culturas afro-brasileira e indígenas, bem como uma problematização acerca do fenômeno da colonização. Mesmo que em algumas obras tais temáticas apareçam de forma resumida, é possível observar que houve um avanço no PNLD de Sociologia de 2018 no que diz respeito à representatividade cultural nos livros didáticos de Sociologia. A presença de temas que explicam a colonização portuguesa no Brasil e como isso resulta no preconceito e discriminação sofridos pelas populações afro-brasileira e indígenas até os dias atuais, se mostram presentes nas obras.

Entretanto, é importante sinalizar que alguns aspectos do debate étnico-racial são negligenciados nestes materiais. Observou-se que as culturas afro-brasileiros e indígenas têm suas histórias representadas, principalmente, nos capítulos que tratam a temática do preconceito e da discriminação. Não há dúvidas de que os traumas sofridos pelos afro-brasileiros e indígenas devem ser tratados e problematizados, no entanto, a valorização dessas culturas também se mostra como um passo fundamental no avanço da educação intercultural e antirracista.

As obras trazem uma abordagem que dialoga relativamente com as leis 10.639/03 e 11.645/08, incorporando assuntos e temáticas que se aproximam dos seus objetivos, o que certamente trata-se de um grande avanço no que diz respeito a representação de negros e indígenas nos materiais didáticos, contudo, duas observações cabem a essa análise. Uma das principais percepções acerca dos livros didáticos analisados é que a história dos movimentos negros e indígenas brasileiros não se fazem presentes em todas as obras. Também é possível notar que as culturas afro-brasileira e indígenas, propriamente ditas não têm muito espaço na obra, pois sempre são citadas ou referenciadas a partir de temas que estão associados às

mazelas sofridas por estas populações. Tais observações mostram que os materiais didáticos carecem de uma abordagem positiva das culturas afro-brasileira e indígenas.

Deve-se alertar para o fato de que as temáticas referentes aos povos indígenas e a cultura afro-brasileira ocupam um papel secundário nos livros didáticos analisados, de modo a estarem articuladas com diferentes temas na maioria das vezes, carecendo de abordagens mais específicas e aprofundadas. Com um escasso número de capítulos que abordam as questões étnico-raaciais nos livros didáticos, tais temáticas acabam aparecendo de forma dispersa em diferentes capítulos, de modo a aparecerem articuladas a diferentes temas ou em textos complementares. Tais aspectos podem servir como uma maneira de interseccionar as questões étnico-raciais com outras temáticas relevantes, entretanto essa estratégia pode se dar de forma equivocada na prática, em uma realidade em que o currículo e o ambiente escolar tendem a reafirmar os estereótipos relacionados às populações negras e indígenas.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Silvia Maria de, BRIDI, Maria Aparecida, MOTIM, Benilde Lenzi. **Sociologia**. 2a ed. São Paulo: Ed. Scipione, 2016.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais para o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana**. Disponível em: <[http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/DCN-s Educacao-das-Relacoes-Etnico-Raciais.pdf](http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/DCN-s-Educacao-das-Relacoes-Etnico-Raciais.pdf)>. Acesso em: Agosto de 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei 10.639/03**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm)>. Acesso em: Agosto de 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei 11.145/08**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2008/lei-11645-10-marco-2008-572787-publicacaooriginal-96087-pl.html>>. Acesso em: Agosto de 2019.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos.** Col. Docência em Formação. Série Ensino Fundamental. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BOMENY, Helena et al. **Tempos Modernos, Tempos de Sociologia.** 3a ed. São Paulo: Ed. Do Brasil, 2016.

CANDAU, Vera Maria (org.). **Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas.** Rio de Janeiro: documento eletrônico, 2009.

\_\_\_\_\_. **Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença.** Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro , v. 13, n. 37, p. 45- 56, 2008.

Disponível

em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s141324782008000100005&script=sci\\_abstract](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s141324782008000100005&script=sci_abstract)

&tlng=pt . Acesso em: 13 ago 2019.

\_\_\_\_\_. **“Ideias-força” do pensamento de Boaventura Sousa Santos e a educação intercultural.** Belo Horizonte: Educação em Revista, volume 32, n. 01, 2016.

CASSIANO, Célia Cristina de F. **Materiais Didáticos e Ensino na Escola Básica: Impactos no Currículo e na Produção Editorial Brasileira.** In: Remate de Males.Campinas-SP, (34.2): pp. 375-396 , Jul./Dez. 2014.

CHOPPIN, Alain. **História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte.** Educação e pesquisa, São Paulo, p. 549-566, set./dez. 2004.

DA SILVA, Tomaz Tadeu. (Org.) **Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação .** 8.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem Fronteiras**, [s.l.], v.12, n.1, p. 98-109, jan/abr 2012. Disponível em:

[http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/11/curr%C3%ADculo-erela%C3%A7%C3%B5es-raciais-](http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/11/curr%C3%ADculo-erela%C3%A7%C3%B5es-raciais-nilma-lino-gomes.pdf) nilma-lino-gomes.pdf. Acesso em 13 ago 2019.

\_\_\_\_\_. **Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas.** RBPAAE – v.27, n.1, p. 109-121, jan./abr. 2011.

MACHADO, Igor J. R., AMORIM, Henrique, BARROS, Celso Rocha de. **Sociologia Hoje.** 2a ed. São Paulo: Ed. Ática, 2016.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (Orgs.) **El giro decolonial.** Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 127-167

Ministério da Educação. **Guia de livros didáticos – PNLD 2018:** Sociologia. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Básica, 2017.

\_\_\_\_\_. **Guia de livros didáticos – PNLD 2015:** Sociologia. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Básica, 2014.

\_\_\_\_\_. **Guia de livros didáticos – PNLD 2012:** Sociologia. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Básica, 2011.

MUNAKATA, Kazumi. **O livro didático:** alguns temas de pesquisa. Rev. bras. hist. educ., Campinas-SP, v. 12, n. 3 (30), p. 179-197, set./dez. 2012.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de, COSTA, Ricardo Cesar Rocha da. **Sociologia para Jovens do Século XXI.** 4a ed. Rio de Janeiro: Ed. Imperial Novo Milênio, 2016.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. In: CASTRO GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (Orgs.). **El giro decolonial.** Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 93-126.

SILVA, Afrânio et al. **Sociologia em Movimento.** 2a ed. São Paulo: Ed. Moderna,



[www.enseb.com.br](http://www.enseb.com.br)  
[contato@enseb.com.br](mailto:contato@enseb.com.br)

2016.